



**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Serviço Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A27', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e o espaço para o rascunho dos Estudos de Caso.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E).
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova de Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no Caderno de Resposta Definitiva.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue, adaptado de Luciano Martins Costa; o original foi publicado na edição 838 do *Observatório da Imprensa*, no dia 19/02/2015.

A graça da não-notícia

- 1 *A leitura crítica dos jornais brasileiros pode produzir momentos interessantes, não propriamente pelo que dizem, mas principalmente pelo que tentam esconder. O hábito de analisar criticamente o conteúdo da mídia tradicional produz calos no cérebro, e eventualmente o observador passa a enxergar não mais a notícia, mas a não-notícia, ou seja, aquilo que o noticiário dissimula ou omite.*
- 5 *Trata-se de um exercício divertido, como se o leitor estivesse desfazendo um jogo de palavras cruzadas já preenchido. É mais ou menos como adivinhar, a partir das palavras que se interconectam num texto, o sentido que o autor pretendeu dar à sua construção, uma espécie de jogo de "interpretação reversa".*
- 10 *Transparece o aspecto ambíguo da imprensa quando, por exemplo, para defender o pluralismo de sua linha editorial, jornais propõem artigos sobre tema da atualidade a serem tratados por dois distintos analistas – "o leitor pode apreciar duas opiniões diferentes". Ocorre que as propostas, normalmente sob a forma de pergunta, são formuladas de modo a garantir a perspectiva de que um ponto de vista se oponha frontalmente ao outro – um analista representa um "sim", o outro um "não" ao que está sendo perguntado pelos editores. Como se vê, a tal "pluralidade" já nasce condicionada, porque a imprensa brasileira quer convencer o leitor de que existem apenas duas interpretações possíveis para questões complexas como as que são postas aos analistas. São complexas, ou, no mínimo, controversas, porque é isso que define uma notícia.*
- 15 *Uma árvore caiu. Por que a árvore caiu? – mesmo num evento corriqueiro e aparentemente banal, há muitas respostas possíveis.*
- 20 *Por que a imprensa brasileira tenta pintar tudo em preto e branco, sem considerar as muitas tonalidades entre os dois extremos? Ora, porque a imprensa faz parte do sistema de poder na sociedade moderna, e exerce esse poder fazendo pender as opiniões para um lado ou para outro, usa o mito da objetividade para valorizar seus produtos e cobra de seus financiadores um custo por esse trabalho.*
- 25 *Mas pode-se elaborar melhor essa análise. O observador arriscaria afirmar que a narrativa jornalística, tal como foi construída ao longo do tempo, já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade, amplificada pelo domínio da imagem transmitida globalmente em tempo real. Como notou o filósofo Vilém Flusser, a superfície ínfima da tela substitui o mundo real. O que a imprensa faz é comentar essa superficialidade, não a realidade.*
- 30 *Mas a resposta é ainda mais simples: para ser levado a sério, um jornal precisa dar a impressão de concretude em seu conteúdo, mas, ao se tornar refém do mundo das imagens, produz uma concretude – ou, como diz Flusser, uma "concreticidade" superficial.*
- Essa superficialidade procura esconder o propósito do conteúdo jornalístico, que não é informar, como pensam os leitores correligionários: é induzir uma opinião específica.*
- Se tudo é opinião, tudo é não-notícia.*

Obs.: Vilém Flusser (1920 - 1991) – filósofo tcheco, naturalizado brasileiro; professor, jornalista, conferencista e escritor.

1. Compreende-se corretamente do texto: O autor
- (A) defende a ideia de que jornais instigantes são os que contam com um leitor crítico e atualizado, disposto a preencher as involuntárias lacunas das matérias veiculadas.
 - (B) atribui interpretações grosseiras de notícias e o desejo de enxergar a não-notícia à prática constante de analisá-las sob perspectiva cética, resultado de juízo crítico muito aguçado e resistente à distensão.
 - (C) considera a leitura de jornais um exercício divertido sempre que a matéria se dispõe a adivinhações, desvendamentos relacionados tanto à construção do texto, quanto aos fatos reais que a teriam inspirado.
 - (D) mostra que matérias jornalísticas informam não só pelo que explicitamente comunicam, mas também pelo que evitam comunicar; esse modo de noticiar, em sua concretude, permite o desvendamento de propósitos de autores e editores.
 - (E) expõe a ambiguidade que a imprensa pode manifestar quando é imprecisa no trato do assunto, falta de precisão originada por "palavras cruzadas", isto é, intrincadas conexões na estrutura verbal.
2. Sobre a frase "o leitor pode apreciar duas opiniões diferentes" (linhas 9 e 10), na situação em que está inserida, comenta-se com propriedade:
- (A) o contexto e as aspas justificam que a consideremos o título da seção de um dado jornal em que dois analistas se expressam sobre o mesmo tema.
 - (B) é ela que determina que as análises, sem outra possibilidade, se cumpram de modo diametralmente oposto.
 - (C) é ponto de apoio do raciocínio que conduz à denúncia de falso pluralismo da imprensa.
 - (D) é frase emblemática do que, segundo o autor, uma linha editorial deveria ter como objetivo.
 - (E) considerado o tom irônico que pode ser imprimido a ela, expressa que autor considera legítimo esse tipo de pluralismo, mas não atingível pela imprensa brasileira.



3. Considerando os parágrafos 5 e 6, em seu contexto, é correto afirmar que o autor
- (A) vê o maniqueísmo como algo inerente à prática jornalística no Brasil, produto de um sistema social manipulador que chega a deturpar o valor maior do jornalismo – a objetividade.
 - (B) não isenta os financiadores da imprensa brasileira pelos desvios que nota na prática jornalística nacional, pois eles aceitam pagar altos custos pelo trabalho encomendado e mal realizado.
 - (C) indaga *Por que a imprensa brasileira tenta pintar tudo em preto e branco [...]?*, responde imediatamente com convicção (expressa por *Ora*) e depois tenta outras formulações para solucionar equívocos da primeira resposta precipitada.
 - (D) usa a expressão *arriscaria afirmar* (linha 21) como estratégia, pois, ao revelar consciência de que sua afirmação tem probabilidade de ser refutada, busca minimizar a força das eventuais contestações.
 - (E) entende que a narrativa jornalística está condenada a não mais atingir os leitores de modo expressivo, na medida em que não há modo possível de abarcar o mundo global.
-
4. É legítimo o seguinte comentário:
- (A) (linha 8) O *aspecto ambíguo da imprensa* é apreendido em decorrência de uma leitura reversa, aquela que vai do que está na superfície da página ao ponto de partida do texto.
 - (B) (linha 15) Em *Por que a árvore caiu?*, tem-se exemplo de pergunta retórica, aquela que se formula sem objetivo de receber uma resposta, pois a questão proposta é insolúvel.
 - (C) (linhas 17 e 18) Se o segmento *sem considerar as muitas tonalidades entre os dois extremos* fosse redigido de outra forma – "sem que as muitas tonalidades entre os dois extremos possam ser consideradas" –, seu sentido original estaria preservado.
 - (D) (linha 22) Em *já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade*, a substituição de *já* por "de imediato" preserva o sentido original da frase.
 - (E) (linhas 22 e 23) O segmento *amplificada pelo domínio da imagem transmitida globalmente em tempo real* representa, segundo o autor, uma qualidade distintiva da *realidade* que pode ou não se fazer presente.
-
5. *Mas pode-se elaborar melhor essa análise. O observador arriscaria afirmar que a narrativa jornalística, tal como foi construída ao longo do tempo, já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade, amplificada pelo domínio da imagem transmitida globalmente em tempo real. Como notou o filósofo Vilém Flusser, a superfície ínfima da tela substitui o mundo real. O que a imprensa faz é comentar essa superficialidade, não a realidade.*
- É adequada a seguinte assertiva sobre o trecho acima:
- (A) Martins Costa considerou estar melhorando a análise pelo fato de citar o filósofo Vilém Flusser.
 - (B) Vilém Flusser faz uma constatação que legitima o emprego da palavra *superficialidade*, por Martins Costa, com mais de um sentido.
 - (C) O fator *já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade* é a causa do fato expresso em *a superfície ínfima da tela substitui o mundo real*.
 - (D) A frase que cita a observação de Vilém Flusser dá relevo ao contraste entre dois fatores, antítese expressa pela oposição entre *ínfima* e *real*.
 - (E) A frase *O que a imprensa faz é comentar essa superficialidade, não a realidade* equivale, quanto ao sentido, a "A imprensa comenta essa superficialidade, não a realidade" e esta redação não implica perda de noção presente no original.
-
6. *...para ser levado a sério, um jornal precisa dar a impressão de concretude em seu conteúdo.*
- O conteúdo expresso acima está preservado, em formulação condizente com a norma-padrão, em:
- (A) se quiser ser levado a sério, um jornal não pode esquivar-se em dar a impressão de concretude em seu conteúdo.
 - (B) um jornal, sendo levado a sério, não pode abster a impressão de concretude em seu conteúdo.
 - (C) a condição de que um jornal não pode prescindir, para ser levado a sério, é a de dar a impressão de concretude em seu conteúdo.
 - (D) com vistas a ser levado a sério, um jornal não pode deixar de renunciar à impressão de concretude em seu conteúdo.
 - (E) um jornal tendo a intensão de ser levado a sério, não pode abdicar quanto à impressão de concretude em seu conteúdo.
-
7. O contexto evidencia que *leitores correligionários*, citados na linha 29, são:
- (A) os leitores que compartilham das ideias de Martins Costa.
 - (B) os leitores que seguem as ideias de um partido político.
 - (C) os leitores que, como se dá com jornais, se tornaram reféns do mundo das imagens.
 - (D) os leitores que praticam leitura crítica.
 - (E) os leitores que questionam o oferecimento da realidade em preto e branco.



8. Se o jornal comentar um assunto com superficialidade, o estará tratando

- (A) judiciosamente.
- (B) perfunctoriamente.
- (C) laconicamente.
- (D) contingentemente.
- (E) sibilinamente.

9. Considere os segmentos 1, 2 e 3 abaixo e os comentários que os seguem.

- 1. *Mas pode-se elaborar melhor essa análise.*
- 2. *Se tudo é opinião, tudo é não-notícia.*
- 3. *...não propriamente pelo que dizem, mas principalmente pelo que tentam esconder.*

- I. A formulação "Mas essa análise pode ser mais bem elaborada" respeita as orientações da gramática normativa, tanto quanto a redação de 1.
- II. A formulação "Tudo é não-notícia, à medida que tudo é opinião" preserva a relação estabelecida entre os fatos na redação de 2.
- III. A formulação "não exatamente pelo que dizem, mas sobretudo pelo que tentam esconder" mantém o sentido e a correção vistos em 3.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.

Atenção: As questões de números 10 e 11 referem-se ao texto que segue.

Nem bem chegara de lá e já tinha de ouvir o que diziam dele depois que partira. A primeira a anunciar uma das fofocas foi a vizinha, sempre disposta a disseminar novidades, verdadeiras ou não.

– Então, Antônio, soube que rompeu o noivado.

10. Sobre o que se tem acima, afirma-se corretamente, levando em conta a norma-padrão:

- (A) A forma *tinha de ouvir* situa a ação no mesmo tempo expresso pela forma verbal "ouvira", mas agrega a ideia de obrigatoriedade à ação praticada.
- (B) A forma verbal *chegara* indica que a ação se dá em simultaneidade com a ação expressa por *tinha de ouvir*.
- (C) Transpondo o discurso direto acima para o indireto, a formulação obtida deve ser "A vizinha disse que, então, sabia que Antônio rompeu o noivado".
- (D) A palavra *fofoca*, de uso informal, deve ser evitada em textos escritos, mesmo que se trate de uma narrativa, como se tem nesse trecho.
- (E) Se, em vez de *A primeira*, houvesse "Uma das primeiras", o verbo deveria obrigatoriamente ir para o plural – "anunciarem".

11. Do ponto de vista da organização do texto, é correto afirmar:

- (A) A concatenação da segunda frase com a primeira realiza-se por meio da palavra *fofocas*, que remete, com específica caracterização, a *o que diziam dele*.
- (B) O vínculo que relaciona logicamente os segmentos *sempre disposta a disseminar novidades* e *A primeira a anunciar uma das fofocas foi a vizinha* é estabelecido pela palavra *sempre*.
- (C) A conexão entre o discurso direto e as frases que o antecedem realiza-se por meio do contexto, pois não há palavra ou expressão anterior que antecipe a fala da vizinha.
- (D) O encadeamento entre os segmentos iniciais ocorre obrigatoriamente por meio da palavra *e*, pois outra alternativa, como o emprego de uma vírgula, constituiria um erro.
- (E) A palavra *Então* estabelece relação entre segmentos do texto do mesmo tipo que estabelece em "Preciso de ajuda, então vou chamá-lo".



12. É adequado o seguinte comentário:

- (A) A frase "Este é o jovem cujo trabalho li com atenção" pode ser redigida, de modo claro e condizente com a norma-padrão, assim: "O jovem que eu li o trabalho dele com atenção é este".
- (B) "Os meninos por cujos destinos tanto lutamos andam já por conta própria" é frase com inadequação no segmento destacado, que seria sanada com sua substituição por "cujos os destinos".
- (C) Em "Os meninos por cujos destinos tanto lutamos andam já por conta própria", a substituição do segmento destacado por "andam já por si só" mantém a correção e o sentido originais.
- (D) Em "A orientadora do grupo, a qual é excelente, faltou hoje", emprega-se o que está em destaque para evitar o duplo sentido que o emprego da palavra "que", em seu lugar, originaria.
- (E) A frase "Maria e Solange machucaram-se" evidencia que as duas receberam machucados, sem que se instale a dúvida: "uma machucou a outra?"; a palavra que poderia ser acrescentada para indicar esse segundo sentido seria "reciprocamente".

13. A frase em que a concordância se faz em conformidade com a norma-padrão é:

- (A) Ontem foram constituídos três grupos de estudo, um do qual bastante reduzido, mas, como já havia passado dois meses desde a liberação da verba de incentivo, não puderam mais aguardar interessados.
- (B) O coordenador das áreas julgava irrelevante, nessa altura das discussões, os depoimentos recém-anexados ao processo disciplinar, vistos anteriormente como bastante úteis.
- (C) Entrevistou-se, rigorosa e meticulosamente, os últimos quinze profissionais que concorriam à vaga, cuidados que poderão, sem dúvida, acarretarem bom desempenho em diversas áreas.
- (D) As receitas dos médicos foram encaminhadas ao setor responsável, que as organizou em pastas e arquivou-as, passos que se deve ao protocolo da área específica de registros.
- (E) Para não merecerem repreensão dos pais, os rapazes pediram ao tio que não os repreendesse caso não lhe pudessem telefonar para avisá-lo do início do jogo.

14. A redação clara e correta, segundo a norma-padrão, é:

- (A) A não erradicação da tuberculose, além de ser decorrente da pobreza, seu motivo é também devido a pacientes no início do tratamento sentirem-se curados, abandonando o mesmo e possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (B) O motivo da não erradicação da tuberculose, doença decorrente da pobreza, é porque pacientes no início do tratamento sentem-se curados, o que leva a abandoná-lo, possibilitando dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (C) A não erradicação da tuberculose, além de decorrente da pobreza, é também devido a pacientes, no início do tratamento, sentirem-se curados, abandonando o mesmo e possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (D) O motivo da não erradicação da tuberculose, doença decorrente da pobreza, é também devido pacientes iniciando tratamento sentirem-se curados; abandonam o mesmo e possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (E) O motivo da não erradicação da tuberculose, doença decorrente da pobreza, é também o fato de pacientes, no início do tratamento, sentirem-se curados, o que os faz abandoná-lo, possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.

15. A frase que está pontuada como dispõe a gramática normativa é:

- (A) Foi o caráter destrutivo da guerra tanto física quanto moral, que finalmente levou os países em confronto a conhecerem as situações mais dramáticas e desumanas.
- (B) Podemos indagar o sentido que têm essas manifestações recentes: seriam, por acaso, a expressão de que o cidadão comum chegou a seu limite no que se refere a aceitar, inerte, a usurpação de seus direitos?
- (C) Nem pelas razões alegadas contudo, altera-se o mecanismo de apelo imediato à justiça quando os cidadãos não se entendem entre si, modo de agir que impede esforços de outros tipos de mediações.
- (D) Não é de se admirar que: muitos críticos contemporâneos entendam como mero exibicionismo, certas atitudes e práticas artísticas das primeiras décadas do século XX.
- (E) Estudar o ontem em função do hoje – e também do amanhã, é o propósito das reflexões, que ocorrem, semanalmente no centro de cultura instalado numa das regiões mais carentes da cidade.



Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Atenção: Responda às questões de números 16 a 20 de acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

16. Nos termos da Organização do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, conforme disposição expressa, é cargo de direção do Tribunal o
- (A) Ouvidor.
 - (B) 2º Vice-Presidente.
 - (C) Desembargador.
 - (D) Juiz do Trabalho.
 - (E) Presidente de Turma.
-
17. É competente para uniformizar a jurisprudência do Tribunal e para fixar a data da abertura de concurso para provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto o
- (A) Tribunal Pleno e o Presidente do Tribunal, respectivamente.
 - (B) Presidente do Tribunal e o Vice-Presidente do Tribunal, respectivamente.
 - (C) Tribunal Pleno.
 - (D) Presidente do Tribunal.
 - (E) Vice-Presidente do Tribunal.
-
18. Sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho é correto afirmar que
- (A) não serão remetidos a ele processos de *habeas corpus* ou *habeas data*.
 - (B) seu parecer deve sempre ser por escrito.
 - (C) os autos ficarão a sua disposição por setenta e duas horas antes das sessões.
 - (D) será intimado pessoalmente da decisão nos processos em que for parte.
 - (E) pode emitir parecer oral nas sessões de julgamento, que deve ocorrer após a sustentação oral e antes do voto do Relator.
-
19. Numa determinada sessão estão pautados os seguintes processos:
- I. Um caso em que um Magistrado tenha comparecido apenas para participar dos julgamentos a que estão vinculados.
 - II. Um caso com inscrição para sustentação oral.
 - III. Um caso cujos interessados estão presentes à sessão.
- Desses casos, terão preferência para julgamento o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I e III., apenas.
 - (E) I, II e III.
-
20. As decisões tomadas em Tribunais colegiados são formalizadas na forma de acórdão. Não haverá acórdão nas decisões proferidas em
- (A) embargos de declaração.
 - (B) ação rescisória.
 - (C) recurso ordinário.
 - (D) agravo de petição.
 - (E) arguição de inconstitucionalidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Em sua trajetória histórica a “Assistência Social” brasileira foi cunhada pela matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, caracterizando-se por décadas como uma “não política”, renegada à benemerência, à caridade e à filantropia. A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, de 1993, trouxeram a “Assistência Social” para um campo novo: o da

- (A) proteção social pública.
- (B) política de governo.
- (C) sociedade civil organizada.
- (D) cidadania regulada.
- (E) publicização ordenada.

22. A legislação que pauta a política pública de assistência social no Brasil, nos dias de hoje, define que a gestão das ações na área de assistência social ficam organizadas sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e tem por objetivos:

- I. Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operacionalizam a proteção social não contributiva.
- II. Afiarçar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.
- III. Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

23. O padrão histórico brasileiro de política social baseou-se na “cidadania regulada”, estando esta sempre submetida à política econômica, atravessando o governo e a ditadura Vargas (1930/1945), o período populista (1946/1963) e a ditadura militar (1964/1984). Este padrão só veio a modificar-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, muito embora em uma conjuntura adversa tomada pelo ideário neoliberal. O início da década de 1990 inaugura a intensificação do projeto neoliberal no país, com fortes rebatimentos no Estado brasileiro. Nesse sentido, no plano social,

- (A) efetivou-se o que foi construído ao longo do período da “cidadania regulada”.
- (B) restringiram-se as liberdades civis, enquanto o Estado ficou com o papel de criar os direitos sociais.
- (C) manteve-se o boicote orçamentário ao Sistema Único de Saúde – SUS.
- (D) realizaram-se reformas no sistema previdenciário do funcionalismo público, com grandes ganhos beneficiários para os mesmos.
- (E) criou-se a “Comunidade Solidária” que se submetia ao controle social do Conselho Nacional de Assistência Social.

24. A família é historicamente privilegiada na intervenção profissional do Serviço Social. Sobre esse assunto, considere:

- I. Nos primórdios da profissão no Brasil, o alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e a sua família.
- II. O trabalho com famílias ganhou grande impulso e maior qualificação técnica no período de consolidação da profissão, através da utilização do método do Serviço Social de Caso.
- III. A perspectiva de orientação positivista/funcionalista presente nos processos de abordagem e intervenção junto às famílias esteve e está presente até os dias de hoje.
- IV. A perspectiva da teoria social crítica operou no Serviço Social uma nova forma de pensar e trabalhar a família, mais sistematizada e burocratizada.
- V. A família e as formas de intervenção do Serviço Social junto às mesmas não foram problematizadas e trabalhadas no início da apropriação por parte da profissão, do marco teórico marxista, o que vem dificultando o trabalho social com famílias.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III e V.



25. Historicamente a Assistência Social brasileira e juntamente com ela, o Serviço Social, se estruturam vinculados
- (A) ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil, ao avanço da profissionalização no tratamento da questão social e ao crescimento da centralidade do Estado na tarefa de assegurar o bem-estar da sociedade.
 - (B) ao barateamento do custo de subsistência do trabalhador, à garantia do acesso aos alimentos básicos e à possibilidade de proporcionar condições mínimas de subsistência ao exército industrial de reserva.
 - (C) às novas formas de prática social e suas estratégias operacionais, buscando a constituição de mecanismos que lhe dessem legitimidade frente à classe trabalhadora e sua família, racionalizando assim a assistência social.
 - (D) às bases de sustentação capazes de garantir a irreversibilidade do capitalismo, à prática social dos filantropos e às reivindicações coletivas da classe trabalhadora.
 - (E) aos interesses da burguesia, ao conjunto de variáveis que marcam o capitalismo (alienação, contradição, antagonismo) e à identidade atribuída pelos profissionais.
-
26. A concepção de família adotada, no âmbito das Políticas Sociais, na atualidade, remete a um processo dinâmico onde ela é construída e reconstruída cotidianamente, através das relações que se estabelecem entre seus membros e a destes com o Estado, sociedade, trabalho, mercado etc. Assim, podemos afirmar que além de uma unidade interna de cuidado e de redistribuição interna de recursos,
- (A) nela se estabelece a perspectiva relacional, pois as relações familiares estão circunscritas no âmbito do domicílio ou na rede primária.
 - (B) ela ocupa posição secundária de intervenção das políticas sociais, apesar de ser alvo de ações, serviços, programas, projetos e benefícios.
 - (C) ela é também um “refúgio num mundo sem coração”, que deve ocupar o lugar do Estado na atenção aos seus membros.
 - (D) nela se estabelecem relações de igualdade, onde as questões de classe, gênero e etnia não se manifestam.
 - (E) ela é também uma construção pública e tem um importante papel na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos.
-
27. Segundo a Lei nº 8.212/1991, no seu art. 1º, a *Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.* Quaisquer que sejam seus objetos específicos de intervenção, o escopo da seguridade
- (A) está implicitamente ligado à relação de primazia de uma política social sobre a outra, considerando as dimensões de fundo público e controle social.
 - (B) prevê novos mecanismos de consenso que se remetem à focalização e à responsabilização individual.
 - (C) depende tanto do nível de socialização da política conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital na incorporação das necessidades do trabalho.
 - (D) entende que a privatização, a seletividade, a focalização e a descentralização são diretrizes e princípios que a norteiam.
 - (E) considera a privatização e a mercantilização dos serviços sociais, com a consolidação da figura do “cidadão-consumidor”.
-
28. A política social deve ser pensada historicamente, considerando seus momentos de inflexão, de rupturas e continuidades, implicando inclusive em mudanças conceituais para a mesma. Assim, as políticas sociais são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento que
- (A) separam a produção e reprodução social, apostando nas mesmas como soluções para a desigualdade.
 - (B) configuram uma visão politicista, expressando-se na forma de legitimação do ideário neoliberal.
 - (C) se remetem às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo.
 - (D) se identificam com um certo estatismo, reduzindo à regulação dos conflitos à vontade política dos indivíduos.
 - (E) se norteiam por estratégias da social-democracia e pelo espírito welfariano.
-
29. Os princípios promulgados no artigo 194 do Capítulo II, da Seguridade Social, art. 193 da Constituição Federal de 1988, quais sejam: universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento, caráter democrático e descentralizado da administração; estes
- (A) deveriam provocar mudanças profundas na saúde, previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar uma rede de proteção social ampliada.
 - (B) poderiam permitir a transição de ações pautadas no modelo de proteção social bismarckiano para o beveridgiano.
 - (C) submeteram-se à lógica do ajuste fiscal e da reforma do Estado, buscando as condições necessárias para a implementação dos mesmos.
 - (D) possibilitaram a dualidade de acesso discriminatória, bem como a heteronomia e o conservantismo político.
 - (E) integraram-se à lógica da americanização, com o sistema público se especializando no atendimento dos pobres.



30. Nos diversos espaços sócio-ocupacionais nos quais os/as assistentes sociais trabalham, a presença de profissionais de outras áreas do saber é uma realidade presente. Assim, na instituição empregadora se dá o encontro entre diferentes profissionais, com formação, experiência e cargos distintos.

Sobre esse assunto, considere:

- I. Há três níveis distintos de contato com a alteridade profissional: o multidisciplinar, o interdisciplinar e o transdisciplinar.
- II. A multidisciplinaridade pressupõe que o objeto a ser estudado pertença exclusivamente a uma área.
- III. O trabalho em uma equipe interdisciplinar pressupõe a atuação dos profissionais de forma independente.
- IV. A prática interdisciplinar deve ser uma prática articuladora, construída a partir dos conhecimentos diversos, não se reduzindo ao ativismo.
- V. Um dos objetivos da prática multidisciplinar é a superação da visão fragmentada do conhecimento e do objeto de estudo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II, III e V.
- (D) III e V.
- (E) II e IV.

31. Os/As assistentes sociais dão I às suas ações quando alteram os II do profissional e das classes sociais que demandam a sua III, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, convertendo-os em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, dando-lhe assim uma IV.

Preenche correta e respectivamente, as lacunas:

- (A) I. concretude – II. objetivos – III. práxis – IV. identidade
- (B) I. materialidade – II. processos – III. mediação – IV. direção
- (C) I. instrumentalidade – II. cotidianos – III. intervenção – IV. intencionalidade
- (D) I. teleologia – II. significados – III. politização – IV. efetividade
- (E) I. instrumentalidade – II. objetivos – III. mediação – IV. efetividade

32. No que se refere às dimensões de competências: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que devem ser de domínio do/a assistente social, elas

- (A) acontecem de forma integrada, mas tendo como prevalência a dimensão teórico-metodológica.
- (B) podem e devem ser desenvolvidas separadamente, caso contrário cairemos em leituras e intervenções na realidade superdimensionadas e messiânicas.
- (C) permitem a ruptura com as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional dentro dos espaços sócio-ocupacionais.
- (D) devem ser consideradas de maneira autônoma, pois só assim podem dar respostas qualificadas à realidade social.
- (E) só existem em relação umas às outras, mas a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, pela qual ela é conhecida e reconhecida.

33. O cotidiano de trabalho do/a assistente social se dá no espaço institucional que o emprega. Não só a incompletude como a contradição são características dessas instituições. A própria cotidianidade profissional pode se configurar como um espaço de alienação. Acerca desse assunto, considere:

- I. O cotidiano é uma mediação elementar entre o universal e o particular.
- II. A hierarquia permeia qualquer espaço institucional, cujo poder de controle lhe é intrínseco.
- III. A prática profissional na cotidianidade implica em uma aproximação com a realidade social e consequente análise de conjuntura.
- IV. O espontaneísmo e o imediatismo são formas de intervenção sobre o cotidiano, permitindo respostas qualificadas e de resolutividade.
- V. O cotidiano profissional não facilita a percepção das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e V.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.



34. Os/As assistentes sociais fazem uso de diversos instrumentos técnico-operativos para desenvolver a sua intervenção profissional. Assim, quanto à pertinência da definição de alguns desses instrumentos, considere:
- I. O relatório social pode evidenciar um conteúdo tendencioso quando desconsidera perspectivas concretas mais amplas de intervenção social.
 - II. O estudo social é um instrumento específico do Serviço Social utilizado como fim último à intervenção profissional.
 - III. O relatório social expressa de forma escrita o estudo social, sendo caracterizado como um instrumento direto da profissão.
 - IV. O laudo social é um documento resultante do processo de perícia social e apresenta o registro das informações mais significativas do estudo e da análise realizada.
 - V. O parecer social embasa-se em estudo rigoroso de uma dada situação, fundamentado teórica, ética e tecnicamente, podendo ou não ter caráter conclusivo ou indicativo.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e V.
 - (C) II e IV.
 - (D) III e V.
 - (E) I.
35. Considerando que a perícia social é um exame de caráter técnico especializado realizado por um ou vários peritos, tendo como finalidade subsidiar uma decisão, via de regra judicial, ela é
- (A) sempre iniciativa voluntária de uma das partes envolvidas no processo, sendo realizada por meio de escuta qualificada e visita domiciliar, implicando na elaboração de relatório social.
 - (B) uma alternativa metodológica para o assistente social, podendo ou não ser realizado o estudo social, mas fazendo-se necessária a elaboração do laudo social.
 - (C) um registro que escrevemos para que os outros entendam o que está posto em dadas situações, onde podemos explicitar o poder decisório legal.
 - (D) sempre solicitada ou determinada, sendo realizada por meio de estudo social, implicando na elaboração de um laudo e emissão de um parecer.
 - (E) sempre um conjunto de proposições e alternativas subsidiadas por observações e ajuizamentos, cabendo a elaboração de um laudo e a emissão de um parecer.

36. O auxílio-reclusão é um benefício da Previdência Social para a proteção
- (A) dos dependentes do segurado que trabalhava e contribuía com o sistema previdenciário antes de ser preso.
 - (B) do preso que trabalhava e contribuía com o sistema previdenciário antes de ser detido.
 - (C) dos dependentes do usuário que trabalhava antes de ser preso.
 - (D) de todos os dependentes do preso independente da qualidade ou não de segurado.
 - (E) do preso que trabalhava antes de ser detido.

37. A atual política de saúde mental brasileira é resultado da mobilização de usuários, familiares e trabalhadores da Saúde, iniciada na década de 1980, com o objetivo de mudar a realidade dos manicômios onde viviam mais de 100 mil pessoas com transtornos mentais. Nas últimas décadas, esse processo de mudança se expressa especialmente por meio do Movimento Social da Luta Antimanicomial e de um projeto coletivamente produzido de mudança do modelo de atenção e de gestão do cuidado: a Reforma Psiquiátrica. Assim, ainda é um desafio:
- (A) introduzir na "Reforma" as experiências exitosas de países europeus e, consequentemente, a substituição de um modelo de saúde mental baseado no modelo de serviços comunitários pelo modelo de hospitalização psiquiátrica.
 - (B) levar a "Saúde Mental" para além do SUS, já que, para se realizar, ela implica na abertura da sociedade para a sua própria diversidade e fragmentação.
 - (C) ao invés de criar circuitos paralelos e protegidos de vida para seus usuários inseri-los nos circuitos de trocas nos territórios da sociedade.
 - (D) sistematizar a incorporação do desenvolvimento de teorias, técnicas, investigações, publicações e práticas inovadoras, que garantam a opção de que modelo de atendimento deve ser utilizado pelas entidades corporativas e de formação de profissionais.
 - (E) apesar da desospitalização saneadora, controlar as internações na rede conveniada de hospitais psiquiátricos privados.



38. A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, prevendo medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, bem como estabelecendo normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas. Sobre isso, considere:
- I. A integração das estratégias nacionais e internacionais de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao seu tráfico ilícito, diz respeito a um dos princípios estabelecidos na Lei.
 - II. A adoção de abordagem interdisciplinar que reconhece a interdependência e a natureza complementar das atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas é uma das premissas da legislação vigente.
 - III. O fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas, diz respeito às atividades de prevenção do uso indevido de drogas.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e III, apenas.
-
39. A ética profissional é uma das dimensões que formam o projeto profissional, compondo os elementos que indicam sua teleologia. Em sua particularidade, refere-se à reflexão sobre moralidade profissional que resulta na eleição de valores e princípios que direcionam o agir profissional. A ética é composta dialeticamente
- (A) pelas dimensões de competências: teórica, metodológica e técnica.
 - (B) por três esferas: filosófico-valorativa, moral-prática e jurídico-normativa.
 - (C) na conjunção entre projetos societários hegemônicos e os demais projetos societários.
 - (D) na unidade-diversa, ou seja, na práxis humana.
 - (E) no aparato jurídico-político que dá suporte a atuação profissional.
-
40. A inserção do Serviço Social no campo sociojurídico é histórica, datando da década de 1930 no Poder Judiciário, expandindo-se a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Este espaço é vasto, se desdobra desde os ambientes típicos do sistema de justiça: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícias, até
- (A) as que apresentam importante diversidade nas condições oferecidas frente à infraestrutura para o trabalho do/a assistente social e no que concerne às relações trabalhistas dos mesmos.
 - (B) as instituições da sociedade civil organizada, cadastradas nos diversos conselhos de direitos, que têm como competência a execução das políticas sociais, devendo estar em constante prestação de contas, tanto no que se refere aos serviços, como aos recursos humanos.
 - (C) as instituições de execução de medidas/penas definidas judicialmente, as Forças Armadas e os programas da política de assistência social que executam medidas em meio aberto e a medida de proteção de acolhimento familiar/institucional.
 - (D) os conselhos de políticas sociais de Saúde e Assistência Social, bem como o Conselho Tutelar e de Direitos da Criança e do Adolescente.
 - (E) os espaços onde se faz a fiscalização do direito difuso e coletivo, dando-se a fiscalização de entidades de atendimento e a avaliação de políticas públicas, incluindo a análise de planos, programas, orçamentos públicos e pesquisas quanto a direitos negligenciados.
-
41. A partir de meados dos anos 1990, com o processo de globalização, o avanço neoliberal, atrelados à crise econômica e social, é disseminada a ideia de que o Estado é ineficiente para responder as demandas sociais. Nesse cenário, o mercado desponta como solução e gradativamente assume espaço nas ações sociais por intermédio do Terceiro Setor,
- (A) representando um novo modelo de agir ao trazer a concepção de ação pública não-estatal em diversas áreas da sociedade.
 - (B) sendo as ações sociais desenvolvidas por empresas privadas e Organizações não-Governamentais, limitadas à atuação por segmentos sociais como criança, adolescentes e idosos.
 - (C) tendo como critérios para atuação das Organizações não-Governamentais a obrigatoriedade do financiamento público para o desenvolvimento das ações sociais.
 - (D) assim, as empresas privadas e Organizações não-Governamentais podem por meio das ações sociais desenvolvidas gerar lucro sem a obrigatoriedade de reinvesti-los nas ações.
 - (E) considerando que estas ações sociais desenvolvidas têm como características a ausência de vínculos empregatícios dos executores das atividades.



42. Os movimentos sociais atuam por meio de redes locais, regionais, nacionais e internacionais e representam a organização de pessoas que com as mesmas demandas atuam com agenda própria e se destacam pela atuação coletiva de caráter político, social e cultural. Nesse sentido, movimentos sociais
- (A) possuem agendas de reivindicações segmentadas como forma de pressionar o poder público.
 - (B) almejam um projeto de transformação societária, sem a participação do Estado, nos campos culturais e sociais.
 - (C) no Fórum Social Mundial, como representante dos Trabalhadores Sem Terra, são os mediadores do movimento na luta por reforma agrária em diferentes países.
 - (D) têm como marca a coesão, unidade e identidade política e ideológica entre seus participantes.
 - (E) no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, destacaram-se pela articulação contra o Regime Militar e as condições de vida dos trabalhadores.
-
43. A Constituição Federal em seu Título III, artigo 18 dispõe sobre a organização do Estado brasileiro, *a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.* Destaca-se que
- (A) as prioridades administrativas de cada ente federativo estão definidas constitucionalmente.
 - (B) cada ente federativo possui autonomia: financeira, política e administrativa.
 - (C) estados devem responder à União sobre o uso de recursos financeiros estaduais.
 - (D) a União está subordinada às Leis Orgânicas Municipais.
 - (E) o número de municípios está definido pela Constituição Federal de 1988.
-
44. A Gestão Participativa tem sua origem na administração, e traz como concepção a importância da participação de todos os atores envolvidos no processo, tanto no compartilhamento de decisões e méritos, quanto nas responsabilidades. Essa prática evidencia
- (A) o aumento do comprometimento de toda a equipe, uma vez que todos são responsáveis pelos processos.
 - (B) que a hierarquização da gestão é mantida para determinação de tarefas e responsabilidades durante os processos.
 - (C) que o planejamento das ações iniciado por gestores deve ser cumprido para garantir a execução dos processos.
 - (D) o envolvimento inicial das equipes operacionais como forma de envolver os demais colaboradores nos processos.
 - (E) a presença de um modelo esgotado na gestão visto que os processos são independentes.
-
45. O debate acerca da Responsabilidade Social está associado às ações administrativas, produtivas e comerciais empresariais de cunho socioambiental. Nessa área de atuação, o assistente social assume atribuições para além da gestão de Recursos Humanos – RH, exercendo também funções
- (A) que se assemelham às ações filantrópicas.
 - (B) de planejamento voltadas para programas internos de qualidade de vida.
 - (C) que envolvam as atividades-fim desenvolvida pela empresa.
 - (D) voltadas ao planejamento, avaliação e controle da missão empresarial.
 - (E) definidas conforme o perfil dos colaboradores da empresa.
-
46. O Poder Judiciário tem autonomia financeira e administrativa para julgar conflitos entre cidadãos, entidades e Estado e garantir os direitos individuais, coletivos e sociais. Em 30 de dezembro de 2004 são instituídos: o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e o Conselho Superior de Justiça do Trabalho – CSJT. Considerando a atuação de cada conselho, ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP cabe
- (A) aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual.
 - (B) atuar em prol do cidadão fiscalizando, administrativa, financeira e disciplinarmente o Ministério Público no Brasil e seus membros.
 - (C) exercer a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial em primeira e segunda instâncias da Justiça do Trabalho.
 - (D) zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, expedindo atos normativos e recomendações.
 - (E) estabelecer parcerias com os três poderes, setores e instituições visando o aperfeiçoamento dos serviços judiciais.



47. As redes sociais configuram-se pela integração de serviços públicos e privados associados a uma política pública social, como também por redes familiares e redes de vizinhança que correspondem ao suporte entre pessoas para o enfrentamento das vicissitudes. No que tange ao trabalho em rede social de serviços públicos e privados, para o funcionamento da rede é necessário que
- (A) a definição das ações seja por meio de atores da rede privada, pois estes possuem maior autonomia na tomada de decisões.
 - (B) a rede social seja composta apenas por atores públicos para definição da agenda, e posteriormente sejam convidados os demais atores.
 - (C) os atores envolvidos estejam no mesmo nível governamental para facilitar o fluxo das ações deliberadas.
 - (D) os atores envolvidos atuem em rede e não de forma isolada, definam processos e espaços para construção das formas de atuação.
 - (E) o poder público delibere as atribuições da rede social, bem como a de cada ator envolvido no processo de articulação desta.
-
48. A Constituição Federal de 1988 em seu Título II dispõe sobre os Direitos e Garantias Fundamentais. Os Direitos Humanos estão relacionados à existência do ser humano e visam garantir
- (A) a intervenção estatal na esfera individual para o desenvolvimento social.
 - (B) o respeito à vida, à liberdade e dignidade para o desenvolvimento de sua personalidade.
 - (C) a prerrogativa estatal para definição da liberdade e dignidade humana.
 - (D) o respeito às leis Nacionais acerca de sua própria definição de Direitos Humanos.
 - (E) o desenvolvimento econômico e social do ser humano em cada país.
-
49. No âmbito dos Direitos Humanos observa-se que, historicamente, há um movimento de dividir a sociedade de forma dicotômica caracterizando os seres humanos em normais e anormais, iguais e diferentes entre outras nomenclaturas estigmatizantes. Nessa lógica,
- (A) as diferenças sociais não podem ser caracterizadas como elementos estigmatizantes.
 - (B) esta caracterização por oposto representa de forma natural as diferenças na sociedade.
 - (C) por se tratar de uma construção histórica, não há mecanismos que possam mudá-la.
 - (D) os estigmas são parte constitutivas das sociedades contemporâneas.
 - (E) ao dividir a sociedade de forma dicotômica, reforça os processos de exclusão e segregação social.
-
50. No Brasil, os Conselhos Sociais iniciaram-se como forma de organização e de lutas sociais. Hoje eles são formados a partir de áreas e grupos sociais específicos, e de atuação do Estado. Como característica fundamental dos Conselhos está o controle das ações públicas via acompanhamento dos planos e orçamento. Nesse sentido há orientações gerais para o funcionamento dos mesmos. Assim, considere:
- I. Os Conselhos devem ser compostos por representantes do poder público.
 - II. A sociedade civil é representada pela maioria dos conselheiros.
 - III. O Conselho deve obedecer o princípio da paridade.
 - IV. A legitimidade e a eleição dos conselheiros da sociedade civil organizada se dá por segmentos.
 - V. Os Conselhos são responsáveis pela convocação das Conferências.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) III, IV e V.
-
51. O controle social está articulado com a democracia representativa, e, portanto, pauta-se na participação da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e monitoramento das ações públicas, com definição de diretrizes, diagnósticos e prioridades para definição de programas e projetos. Expressa-se através de:
- (A) planos, programas, projetos e serviços.
 - (B) conferências, ações, atividades e benefícios.
 - (C) programas, conselhos, atividades e serviços.
 - (D) programas, projetos, ações e atividades.
 - (E) planos, conselhos, fundos e conferências.



52. Os processos de avaliação e monitoramento fazem parte do planejamento e administração estatal como forma de medir os impactos das políticas públicas setoriais adotadas. Os resultados apresentados têm demonstrado lacunas tanto conceituais quanto técnicas. Acerca desse assunto, considere:
- I. O monitoramento é uma atividade interna, realizada sistematicamente durante a execução e operação do programa/projeto para identificar como a intervenção evoluiu durante o tempo.
 - II. O monitoramento é um instrumento aplicado por equipe externa com finalidade de mensurar os impactos da intervenção durante período determinado.
 - III. A avaliação corresponde a um processo que pode ser realizado antes, durante e depois da intervenção e depende de informações do processo de monitoramento para definir a eficácia, eficiência e efetividade dos programas/projetos.
 - IV. A avaliação deve ser realizada por equipe mista – interna e externa – por questões de confiabilidade dos dados.
 - V. Ambos os instrumentos de monitoramento e avaliação têm a mesma finalidade no planejamento e administração estatal.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) V.
- (C) II e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I e IV.

53. No cotidiano profissional do(a) assistente social existem diferentes manifestações e expressões da questão social que, a partir das condições objetivas de cada família em seu território de vivência, exigem do profissional novas respostas. Diante de tais complexidades, o desenvolvimento de diagnóstico social com abordagem quali-quantitativa revela

- (A) apenas as condições socioeconômicas e territoriais da família.
- (B) apenas os bens materiais e de consumos da família.
- (C) a apreensão do conjunto de sujeitos que constituem as famílias que vivem no território.
- (D) tanto as condições materiais quanto subjetivas do sujeito social.
- (E) a presença e acesso a comércio e serviços públicos nos territórios.

54. Atualmente empresas públicas, privadas e organizações ligadas ao Terceiro Setor têm solicitado assessoria/consultoria para o assistente social. Muitas vezes, esse trabalho de assessoria/consultoria confunde-se com

- (A) auxílio técnico.
- (B) precarização das relações de trabalho.
- (C) militância política partidária.
- (D) supervisão técnica.
- (E) trabalho terceirizado.

55. A cultura organizacional se caracteriza por um conjunto de normas, hábitos, atitudes, valores e expectativas comuns a todos colaboradores de uma organização. Ela direciona e orienta como os indivíduos devem agir entre si e também com os clientes, ou seja, representa um modo institucional de pensar e agir da organização. Na esfera pública são incorporados tais preceitos acrescentando-se a estes, as conformidades constitucionais e legais que regem a função pública. Sendo assim, o quadro pessoal das empresas públicas deve ser composto por profissionais com

- (A) amplas habilidades de gestão.
- (B) histórico profissional em empresa pública.
- (C) histórico profissional em empresa privada.
- (D) conhecimento conforme o setor de atuação.
- (E) amplos conhecimentos e atitudes.



56. A Responsabilidade Social está normatizada na ISO 26000 que versa pela incorporação de práticas socioambientais nos processos decisórios e a responsabilização pelos impactos de suas atividades na sociedade e meio ambiente. Para certificação a empresa deve integrar, implementar e promover
- (A) as práticas econômicas a um comportamento socialmente responsável.
 - (B) o comportamento socialmente responsável em toda empresa.
 - (C) práticas socioeducativas nas atividades fim, visando a mitigação do impacto ambiental.
 - (D) um comportamento responsável no âmbito interno, visando uma melhor relação com o entorno.
 - (E) ações socioambientais sem impactar nos aspectos econômicos da empresa.
-
57. O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – foi elaborado pela primeira vez em 1996 e enfatizava os direitos civis e políticos. Em 2002 foi reformulado e incorporou os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Está em vigor o programa lançado em 2010 que incorpora o debate sobre a necessidade de ampliação dos mecanismos de participação e a criação e construção de monitoramento das políticas públicas de Direitos Humanos no Brasil. O programa está estruturado em
- (A) seis eixos orientadores.
 - (B) nove diretrizes sociais.
 - (C) quatro ordenamentos jurídicos.
 - (D) dois pilares estruturantes.
 - (E) sete ações principais.
-
58. O Decreto-Lei nº 3.298/1999, regulamenta a Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. O Capítulo VII Da Equiparação de Oportunidades, determina que a proporção para contratação de pessoa portadora de deficiência reabilitada pela Previdência Social, em empresas,
- (A) com até trezentos empregados, deve ser de um por cento.
 - (B) que possuem entre setecentos e mil empregados, deve ser de cinco por cento.
 - (C) que possuem entre cem e quinhentos empregados, deve ser de três por cento.
 - (D) com até duzentos empregados, deve ser de dois por cento.
 - (E) com até duzentos empregados, deve ser de três por cento.
-
59. O Conselho Nacional de Justiça – CNJ na recomendação nº 48/2014 versa sobre a construção e/ou reforma para acesso de pessoas com deficiência, adequação de sanitários, instalação de elevadores, reserva de vagas em estacionamento, instalação de piso tátil, alerta e sinalização sonora para deficiente visual, dentre outros. Tais construções e/ou adaptações devem ser realizadas conforme determina a
- (A) Associação de Engenheiros do Brasil.
 - (B) Associação de Arquitetos do Brasil.
 - (C) Associação Brasileira de Normas Técnicas.
 - (D) Associação Brasileira das Pessoas Portadoras de Deficiência.
 - (E) Associação Brasileira das Construtoras.
-
60. A Lei nº 11.340, de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, cria mecanismos de coibição à violência doméstica e familiar contra a mulher. O Capítulo II – Das Medidas Protetivas de Urgência, em sua Seção II, no artigo 22, define cinco medidas protetivas de urgência. Sendo assim, no que se refere à conduta do agressor fica proibido:
- I. aproximar-se da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, com fixação de limite mínimo de distância entre estes e o agressor.
 - II. o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.
 - III. o uso e consumo abusivo de álcool e outras drogas pelo agressor por tempo determinado judicialmente.
 - IV. frequentar lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.
 - V. frequentar lugares e ambientes onde são permitidos uso e consumo de álcool.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) III e V.
 - (C) III e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) I, II e III.

**ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo IX:

“3.1. Na Prova de Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 12 (doze) linhas e o máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.

5. A Prova de Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, no conjunto das duas questões, média igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.
7. Será atribuída nota ZERO à Prova de Estudo de Caso nos seguintes casos: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou às questões práticas propostas; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.”

QUESTÃO 1

Esteve em atendimento no setor de Serviço Social a Sra. Francisca, funcionária deste Tribunal há 23 anos. Ela relata que ao longo dos anos sofre violência doméstica familiar por parte do marido, também funcionário do Tribunal. Ela procurou o setor para solicitar orientações sobre a Lei Maria da Penha e encaminhamentos legais previstos na referida lei.

Frente ao exposto: realize o estudo social, elaborando um relatório social, que conste o parecer e encaminhamentos.

O estudo e o parecer social devem evidenciar:

- o conhecimento acerca da Lei Maria da Penha;
- a utilização dos dispositivos legais de atendimento e de proteção à ofendida;
- as medidas legais passíveis de serem utilizadas contra o agressor.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 2**

Proceda com um estudo social, elaborando um relatório social com o devido parecer e encaminhamentos.

Em 3 de junho de 2015 estive em atendimento no setor de Serviço Social, deste Tribunal, o servidor João das Cruzes, escriturário, 40 anos, solteiro, há 10 anos no TRT, solicitando ajuda, pois encontra-se em situação de dependência química – alcoolismo, há cerca de 3 anos. Essa dependência vem refletindo em seu trabalho, pois além de chegar atrasado, faltar com frequência, ainda tem feito uso do álcool nos horários de intervalo. Segundo o Sr. João, sua chefia já constatou essa situação, orientando-o que procurasse o Serviço Social, como condição de não relatar as ocorrências em seu prontuário administrativo. O servidor relata que necessita mesmo de “ajuda para sair do vício” (palavras do usuário), remetendo que conta somente com os colegas de trabalho e do Serviço Social para auxiliá-lo nesse processo, pois não tem nenhum familiar vivo.

Diante do caso apresentado, pede-se para, fundamentadamente, elaborar um Relatório Social, onde conste os seguintes elementos:

- a. o estudo social.
- b. o Parecer social.
- c. os encaminhamentos pertinentes ao atendimento social do caso.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO